

Municípios bons pagadores abrem caminho a uma mudança de cultura política local

Com menos dinheiro do Orçamento do Estado a chegar à máquina autárquica, garantir fundos europeus é uma forma de contornar a crise. Mas se cortar na despesa já é necessidade, pagar a horas é anormalidade saudável

Carlos Filipe

● Pagar a tempo e horas não será mais do que um correcto acto de gestão, trate-se do orçamento familiar ou da vida empresarial. Mas quando aplicada a medida, tida como sensata, ao universo autárquico, ainda que assim exigível, ela é anormal, por não ser habitual. É raro haver municípios portugueses bons pagadores. Mas que os há, há, embora se contem pelos dedos. Poderá estar na forja uma mudança de cultura política local, de responsabilidade? Só o tempo e a repetição de tal conduta o dirão.

Mal o ano tinha começado e os municípios de Almada (distrito de Lisboa), de Santa Marta de Penaguião e Montalegre (Vila Real), Mealhada (Coimbra), Albergaria-a-Velha (Aveiro) e Almodôvar (Beja) já anunciavam ter encerrado o exercício de 2011 sem dívidas a fornecedores de bens e serviços, sem facturas vencidas por pagar. Os autarcas reclamam que foram tão aplicados quanto rigorosos na previsão e execução orçamentais, e mesmo que se possa dizer que não fizeram mais que a sua obrigação, nos tempos que correm, com carência de recursos financeiros, o facto é assinalável.

Trata-se de “milagre” ou o despon-

tar de uma nova realidade? Fernando Ruivo, coordenador do Observatório dos Poderes Locais, do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, tem uma teoria: “A ser totalmente verdade [as contas a zero], há aqui dois movimentos: por um lado estarão os municípios a forjar, felizmente, novas culturas políticas locais, onde estejam a injectar sangue novo, mas com outros resultados económicos; por outro lado, há o espectro, recente, da crise económica.”



Fernando Ruivo nota que os municípios “andam cada vez mais atentos”, até porque secou “a mangueira do centralismo”

Admite o investigador que há mais controlo na gestão, mas também “porque não têm dinheiro para gastar”: “Estão a abdicar de coisas. Há quem só faça festas e lhe chame investimento em cultura. Isso tinha que acabar. Não sei é se este facto tem efeito reprodutivo.” E diz ainda notar nova consciência para uma aproximação ao modelo europeu, ou a contornar o constrangimento financeiro com recurso às ferramentas dos fundos

estruturais. “Andam cada vez mais atentos. Secando a mangueira do centralismo estatal não há mais sítio onde ir buscar dinheiro. Salvo Cascais, Oeiras, Lisboa e Porto, locais onde estão as maiores receitas pelos impostos, é difícil ir buscar dinheiro. Os outros têm que dar a volta por baixo do chão. Mas o acesso aos fundos não é simples, pois está tudo centralizado e há poucas informações.”

Resultados efémeros? Fernando Ruivo também se interroga, mas é por isso que diz que “a confirmação é essencial”. “O despesismo, embora algum na área das autarquias seja produtivo, não é comum a todas as autarquias. Há aqui vários tipos de culturas que dependem do tipo de protagonista que a está a digerir, e até, dependente de algum ciclo eleitoral. Isso é muito importante, principalmente quando é preciso inaugurar perto das eleições. Por isso mesmo, não se podem tirar conclusões peremptórias neste momento”, adverte, acrescentando: “Mas se poderá haver novas formas de cultura de gestão e política locais a irromper, por outro lado há a crise financeira, que faz apertar o cinto. É que só agora estamos a ver o buraco em que estamos metidos.”

É verdade que muitos municípios têm telhados de vidro e que uma pe-



Mealhada

Autarquia cumpre dívida zero pelo oitavo ano

Em matéria de chegar ao final ano sem quaisquer dívidas a fornecedores ou empreiteiros, a Câmara Municipal da Mealhada parece ser uma verdadeira “campeã”. Há já oito anos que a autarquia presidida pelo socialista Carlos Cabral consegue destacar-se pelo rigor orçamental e pelo pagamento a tempo e horas. Entende-se, assim, que na hora de votar os planos de actividades e orçamentos a maioria socialista consiga obter também a aprovação dos vereadores da oposição — dois eleitos pelo PSD.

Qual a fórmula para alcançar o patamar de “dívida zero” pelo oitavo ano consecutivo? “Simples. Fazemos orçamentos rigorosos”, desvenda o presidente da autarquia, Carlos Cabral, acrescentando a fórmula que parece tornar tudo muito simples: “O valor das receitas é que vai determinar o montante da despesa.”

E desengane-se quem possa

pensar que este rigor orçamental pode ser sinónimo de ausência de obra ou investimento. “A obra está à vista em todo o concelho”, atira o autarca, ao mesmo tempo que garante que esta qualidade de “bom pagador” ajuda a fazer obra com menos dinheiro.

Como? “Sempre que abrimos um concurso há muitos empreiteiros interessados, porque sabem que vão receber a tempo e horas, e, consequentemente, os preços baixam”, assegura Carlos Cabral.

O autarca da Mealhada lamenta que esta seja a única recompensa com que as câmaras municipais não endividadas podem contar. “Para o Governo, estas autarquias não têm qualquer mérito”, desabafa Carlos Cabral. O eleito socialista entende que deveriam ser criadas mais-valias para as câmaras cumpridoras — que poderiam passar, por exemplo, por vantagens no acesso a fundos comunitários. **Maria José Santana**



Albergaria-a-Velha

Pagar a tempo e fechar o ano com saldo positivo de um milhão de euros

É ao lado de um dos municípios mais endividados do país, Aveiro, que reside outro dos escassos exemplos de boa gestão autárquica. Albergaria-a-Velha conseguiu fechar o último ano com todos os compromissos financeiros honrados e um saldo positivo superior a 1,1 milhões de euros.

Pelo segundo ano consecutivo, Albergaria destacou-se entre a maioria das suas congéneres, ainda para mais porque 2011 “foi o ano em que se realizaram os maiores investimentos de que há memória no município”, sublinha João Agostinho Pereira (PSD), presidente da câmara local.

Entusiasmo que a oposição confirma: “É de felicitar esta aposta que tem vindo a ser feita e que leva a que Câmara de Albergaria-a-Velha consiga pagar a tempo e horas, contrariamente a outras autarquias que vivem asfixiadas”, destaca Jesus Vidinha, vereador do PS. O

resultado de rigor foi alcançado por força da fórmula que prevê receitas superiores às despesas. Aos proveitos na ordem dos 18 milhões de euros, os gastos não foram além dos 17 milhões, o que permitiu um saldo positivo de cerca de um milhão. Mas o líder da autarquia destaca ainda “os benefícios que a câmara tem conseguido nos concursos em que lança” por força desta política de rigor financeiro. “Tendo

em conta os reduzidos prazos de pagamento, as empresas apresentam-nos propostas mais vantajosas”, realça João Agostinho Pereira.

Estima-se que 2012 seja um ano ainda mais difícil ao nível financeiro, mas na câmara de Albergaria a aposta mantém-se. “O objectivo é chegar ao final deste ano novamente com todas as facturas pagas”, prometeu o autarca. **M.J.S.**



quena conjução, mesmo que possa funcionar como estímulo, e por mais bem vista que seja pelas populações, não apaga desvarios antigos como a contratação de empréstimos bancários em catadupa. Se para uns aqueles constituem a única fonte para investimento na modernização do concelho, para outros é uma nova forma de estrangulamento que tem nos juros da dívida o nó que lhes tira o ar.

“Apenas dez por cento do Orçamento de Estado vai para os municípios, mas estes são responsáveis por 50 por cento do investimento em todo o país”, lamentou Maria Emília Sousa, presidente da Câmara de Almada, num encontro, sexta-feira, para dar conta do orgulho por a autarquia ser boa pagadora.

Nobreza e prestígio

E da crítica implícita à administração central, a autarca da CDU partiu em defesa do poder local e da função pública, “que tem muito mérito, exerce com nobreza e com muito bons resultados.” “Já houve momentos difíceis na nossa história e esses rumos negativos não foram uma fatalidade. Estamos convencidos que o podemos alterar e não queremos contribuir para a depressão colectiva, mas contrariar este estado de alma, envolvendo a defesa dos postos de trabalho, do prestígio da função pública e da administração local, essencial para continuar o caminho de Abril.”

Assumindo um passivo de longo prazo estimado pelo orçamento para 2012 em 40 milhões de euros, tido como indispensável para suportar o investimento em infra-estruturas, mas todavia ainda longe de esgotar a capacidade legal de endividamento, a autarca admite que o ano foi difícil, mas que terminou com mais receitas do que despesas.

Para o corrente exercício, atendendo a que é previsível a quebra de receitas – também são reduzidas em 844 mil euros as transferências do Estado – e o acréscimo de encargos pelo aumento da taxa de IVA de bens e serviços, fica a promessa de que o município acentuará a contenção dos encargos de gestão corrente, adoptando medidas que contribuam para a eficiência energética e dedicando especial atenção a investimentos em projectos passíveis de serem co-financiados pelos fundos comunitários.

“Depois de Lisboa, seremos o município com mais candidaturas a fundos do Quadro de Referência Estratégico Nacional e não queremos perder nenhuma, pois temos previsto um investimento global superior a 30 milhões de euros”, estimou Maria Emília Sousa. A autarca aguarda que o Governo defina o plano de emergência social para depois elaborar um outro, concelho, para actuar em complementaridade e admite não saber o que Orçamento do Estado quer dizer com a redução do número de trabalhadores e quadros municipais. “É certo que é uma intromissão inadmissível no poder local. Nós temos menos de 40% do orçamento global em despesas com o pessoal. Estas decisões ‘troikanas’ incomodam-nos muito. Colocam em causa o plebiscito popular ao tirarem-nos essa competência.”

Stª. Marta Penaguião Estrutura pequena e fundos comunitários

Este foi o segundo ano em que o município de Santa Marta de Penaguião encerrou o ano sem facturas por pagar. Em anos anteriores, realça o presidente da autarquia, Francisco Ribeiro (PS), “podiam existir algumas facturas que não estavam liquidadas, mas que estavam perfeitamente dentro dos prazos de pagamento”. O segredo do município duriense é manter uma estrutura pequena e aproveitar ao máximo os fundos comunitários, o que permitiu continuar a investir.

Com dez freguesias, uma população a rondar os oito mil habitantes e um orçamento que, em 2011, foi de 11,7 milhões de euros (desceu para dez milhões em 2012), Santa Marta de Penaguião é um dos poucos municípios portugueses que pode gabar-se de ter fechado as contas do ano sem dever nada a ninguém. Um saldar de contas que o autarca Francisco Ribeiro afirma ser “uma aposta pessoal” que confere ao concelho “um patamar de credibilidade que enche de orgulho a câmara e os habitantes do concelho”.

Uma aposta que, para o presidente da adegua cooperativa local (Caves de Santa Marta), Francisco Teixeira, acarreta vantagens também para a entidade económica mais importante do concelho. “É um factor relevante, nos tempos que correm, até porque transmite uma imagem de rigor que valoriza o concelho. A influência que possa ter em relação à adegua acaba por ser também positiva, porque ao referir-se o concelho desta maneira acaba por, directa ou indirectamente, transmitir uma imagem de rigor que se estende [a nós]”, diz.

No caso de Santa Marta de Penaguião manter as dívidas a zero não significa ausência de obra. Francisco Teixeira reconhece que tem havido um investimento “positivo” no concelho. O presidente da câmara aponta o segredo: “Temos aproveitado ao máximo os fundos comunitários e temos uma taxa de execução física e financeira muitíssimo razoável, na ordem dos 95%”. Francisco Ribeiro diz ainda que as contas certas devem muito “à máquina” municipal. “Quem gasta muito dinheiro são máquinas pesadas. Tenho uma máquina de pouca gente, não chega a 100 pessoas em termos fixos, e é muito polivalente. Se poupar um milhão de euros por ano na estrutura da câmara, pode-se fazer umas coisas engraçadas, e eu já cá estou há 26 anos”, nota o autarca. **Patrícia Carvalho**